

ATA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA SUBCOMISSÃO DE PLATAFORMAS

Data: 12 de julho de 2007

Local: Sindmar - Av. Presidente Vargas, 309/16º Sala de reuniões

Participantes: José Roberto de Novaes Moniz de Aragão (MTE/SIT/DRT/RJ); Luiz Sérgio Brandão de Oliveira (MTE/DRT-RJ); Antonio Colucci (FUNDACENTRO/MTE); Augusto Madruga (FUNDACENTRO/MTE); Armando Vidigal (SYNDARMA); Jailson Bispo Ferreira (CONTTMAF); Odilon Braga (CONTTMAF); Armando Pinto de Freitas (FUP); Cairo Garcia Corrêa (FUP); Luiz Molle (PETROBRAS); Carlos Alberto Monteiro (PETROBRAS); Oton Luiz S. Corrêa (Abespetro); Luiz Moschini de Souza (IBP); Raphael Moura (ANP); José Roberto Paulon Silva (DPC); José Emílio Magro (MTE- Assessoria do Governo); Dayse M. Alves (Assessoria dos Trabalhadores); Denise Alvarez (Assessoria dos Trabalhadores); Marcelo Figueiredo (Observador)

A reunião iniciou-se com o quorum necessário.

1. Foi lida e aprovada a ata da reunião anterior, sem correções;
2. A reunião iniciou-se com um pedido da bancada dos empregadores de reformular o conceito pré-aprovado de Águas Jurisdicionais Brasileiras. Após leitura da proposta, justificativa para o novo texto e alguns debates e explicações, deliberou-se aprovar por consenso a reformulação do texto que ficou com a seguinte redação:
 - a. **Águas jurisdicionais brasileiras:** Compreendem as águas interiores e as áreas marítimas que se estendem até o limite da Zona Econômica Exclusiva (ZEE). Nos casos em que a plataforma continental se estende além do limite da ZEE, as águas sobrejacentes são consideradas jurisdicionais no que diz respeito ao aproveitamento da plataforma continental.
3. A definição de concessionário que estava pendente de consulta ao representante da ANP, foi aprovada, ficando com a seguinte redação:
 - a. **Concessionário:** Detentor do direito exclusivo de realizar todas as operações e atividades na área de concessão, durante a vigência do contrato de concessão celebrado com o órgão regulador da indústria do petróleo;
4. A seguir passou-se para as discussões relativas ao item 4.0.
5. Os empregadores apresentaram uma proposta alternativa à proposta de Governo apresentada na reunião anterior.
6. O texto foi apresentado e justificado pelo coordenador da bancada dos empregadores.
7. A pedido das representações, para uma melhor análise das bancadas foi concedido um pequeno recesso de 10 minutos.
8. Após o retorno da reunião e alguns debates e considerações, foi aprovado por consenso o seguinte texto:

4.0 Das Responsabilidades do operador da instalação, do operador da concessão e do concessionário, conforme adequado, para fins da aplicação deste anexo.

4.1. Cabe ao operador da instalação

4.1.1 Cumprir e fazer cumprir o presente Anexo.

4.1.2 O operador da instalação só poderá contratar serviços de outras empresas desde que faça constar no contrato a obrigatoriedade do cumprimento das medidas de segurança e saúde no trabalho previstas neste Anexo.

4.1.2.1 No caso de uma contratada sublocar seus serviços, deverá fazê-lo com a expressa anuência do operador da instalação.

4.1.3 Interromper todo e qualquer tipo de atividade que exponha os trabalhadores a condições de risco grave e iminente para a sua saúde e segurança no trabalho, consoante o definido no item XXX deste Anexo.

4.1.4 Prestar as informações que se fizerem necessárias junto aos órgãos fiscalizadores.

4.1.5 Fornecer às empresas contratadas as informações sobre os riscos potenciais na área da instalação em que desenvolve suas atividades.

4.2 Cabe ao operador da concessão

4.2.1 Auditar, na forma prevista em seu sistema de gestão, o Operador da Instalação quanto às suas atribuições no cumprimento do presente Anexo.

4.2.2 Prestar as informações que se fizerem necessárias aos órgãos fiscalizadores.

4.2.3 Quando forem realizados trabalhos através de um operador de instalação, cabe ao operador da concessão, fazer constar no contrato a obrigatoriedade do cumprimento das medidas de segurança e saúde no trabalho especificadas no presente Anexo.

4.3 Cabe ao concessionário

4.3.1 Nomear o operador da concessão

4.3.2 Zelar pelo cumprimento do presente Anexo, junto ao operador da concessão,

5.0 Das Responsabilidades e Direitos dos Trabalhadores

5.1 Das responsabilidades dos Trabalhadores

5.1.1 Cabe aos trabalhadores, além daquilo estabelecido como sua responsabilidade em outras Normas Regulamentadoras

5.1.1.1 Zelar pela sua segurança e saúde ou de terceiros que possam ser afetados por suas ações ou omissões no trabalho, colaborando com o operador da instalação para o cumprimento das disposições legais e regulamentares, inclusive dos procedimentos internos, sobre segurança e saúde no trabalho.

5.1.1.2 Comunicar imediatamente ao seu superior hierárquico as situações que considerar representar risco para sua segurança e saúde ou de terceiros.

5.2 Dos direitos dos trabalhadores

São direitos dos trabalhadores :

5.2.1 interromper a realização de suas tarefas quando, fundamentado em seu treinamento e experiência, após tomar todas as medidas corretivas ao seu alcance, tiver justificativa razoável para crer que a vida ou integridade física sua ou de seus colegas de trabalho, se encontre em risco grave e iminente, comunicando imediatamente tal fato ao seu superior hierárquico, que, após avaliar a situação e se constatar a existência da condição de risco grave e iminente manterá a suspensão da tarefa, até que venha a ser normalizada a referida situação.

5.2.2 ser informados sobre os riscos existentes no local de trabalho que possam afetar sua segurança e saúde.

9. A representação dos trabalhadores solicitou que todos os itens pré-aprovados fossem consolidados numa única redação e distribuído a todos os membros.
10. A pedido do Sr. Coordenador e com a aprovação da subcomissão, foi deliberado que os próximos itens para discussão seriam;
 - a. **Item 15: Das Caldeiras e Vasos sob Pressão** - que ficou sob a responsabilidade do IBP apresentar uma proposta, e,
 - b. **Item 16 : Da Proteção contra Incêndios** - que ficou sob a responsabilidade da Petrobrás apresentar uma proposta base.
11. O Sr. Coordenador lembrou que as propostas a serem apresentadas devem ser baseadas nas NRs , em outras Normas e práticas existentes de modo a se compatibilizarem e se aproximarem o máximo possível das boas práticas de SST usuais nas plataformas.
12. Nada mais a tratar a 11ª Reunião Ordinária ficou agendada para o dia 28 de agosto de 2007, pontualmente das 10:00 às 13:30 na sede do IBP, no Rio de Janeiro, situada na Av. Almirante Barroso 52, 21ª , em sala a ser definida.

José Roberto de Novaes Moniz de Aragão
Coordenador da Subcomissão de Plataformas